

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV.COLARES MOREIRA, 477		2 - BAIRRO OU DISTRITO RENASCENÇA II	
3 - CEP 65075-441	4 - MUNICÍPIO SÃO LUIS		5 - UF MA
6 - DDD 098	7 - TELEFONE 217-2216	8 - TELEFONE 217-2222	9 - TELEFONE 217-2217
10 - TELEX 982115			
11 - DDD 098	12 - FAX 2172-2219	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL e.feldmann@cemar-ma.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Eduardo Feldmann Costa			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av . colares Moreira , 477		3 - BAIRRO OU DISTRITO Reascença II	
4 - CEP 65075-441	5 - MUNICÍPIO SÃO LUIS		6 - UF MA
7 - DDD 098	8 - TELEFONE 217-2216	9 - TELEFONE 217-2217	10 - TELEFONE 217-2222
11 - TELEX 982115			
12 - DDD 098	13 - FAX 217-2219	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL e.feldmann@cemar-ma.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2001	31/12/2001
2 - Penúltimo	01/01/2000	31/12/2000
3 - Antepenúltimo	01/01/1999	31/12/1999
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES		5 - CÓDIGO CVM 00287-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Valdir Renato Coscodai		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 031.065.768-71

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2001	2 31/12/2000	3 31/12/1999
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	514.364.398	514.364.398	514.161.931
2 - Preferenciais	9.359.924	9.359.924	9.562.391
3 - Total	523.724.322	523.724.322	523.724.322
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1990200 - Serviços de Eletricidade
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 23/04/2002	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2001	4 - 31/12/2000	5 - 31/12/1999
1	Ativo Total	876.783	813.627	854.415
1.01	Ativo Circulante	179.062	103.590	150.271
1.01.01	Disponibilidades	2.723	18	29.704
1.01.02	Créditos	211.240	138.897	114.931
1.01.03	Estoques	8.175	4.427	2.739
1.01.04	Outros	(43.076)	(39.752)	2.897
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	38.766	139.170	117.278
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	38.766	139.170	117.278
1.03	Ativo Permanente	658.955	570.867	586.866
1.03.01	Investimentos	135	238	246
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	238	246
1.03.02	Imobilizado	656.453	570.629	586.620
1.03.03	Diferido	2.367	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2001	4 - 31/12/2000	5 - 31/12/1999
2	Passivo Total	876.783	813.627	854.415
2.01	Passivo Circulante	253.231	152.411	168.670
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	131.561	81.409	82.121
2.01.02	Debêntures	2.099	0	0
2.01.03	Fornecedores	60.747	29.255	22.854
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	16.109	16.538	29.067
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	7.205	6.763	6.497
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	35.510	18.446	28.131
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	596.258	419.866	284.710
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	241.391	249.905	201.095
2.02.02	Debêntures	150.000	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	204.867	169.961	83.615
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	27.294	241.350	401.035
2.05.01	Capital Social Realizado	512.049	512.049	512.049
2.05.02	Reservas de Capital	7.304	7.304	7.304
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(492.059)	(278.003)	(118.318)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2001 a 31/12/2001	4 - 01/01/2000 a 31/12/2000	5 - 01/01/1999 a 31/12/1999
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	436.538	343.757	299.038
3.02	Deduções da Receita Bruta	(92.298)	(74.102)	(61.160)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	344.240	269.655	237.878
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	344.240	269.655	237.878
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(422.146)	(447.614)	(344.243)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(359.834)	(377.039)	(235.696)
3.06.03	Financeiras	(62.312)	(70.575)	(108.547)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	10.249	4.524	3.830
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(72.561)	(75.099)	(112.377)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	(77.906)	(177.959)	(106.365)
3.08	Resultado Não Operacional	(5.062)	(21.641)	(11.779)
3.08.01	Receitas	1.655	4.204	2.013
3.08.02	Despesas	(6.717)	(25.845)	(13.792)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(82.968)	(199.600)	(118.144)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(131.088)	39.915	45.955
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	(214.056)	(159.685)	(72.189)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESSOURARIA (Mil)	523.724.322	523.724.322	523.724.322
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)			
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)	(0,00041)	(0,00030)	(0,00014)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2001 a 31/12/2001	4 - 01/01/2000 a 31/12/2000	5 - 01/01/1999 a 31/12/1999
4.01	Origens	219.469	27.011	219.159
4.01.01	Das Operações	14.348	(9.727)	23.685
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	(214.056)	(159.685)	(72.189)
4.01.01.02	Vis. que não repr. mov. Cap. Circulante	228.404	149.958	95.874
4.01.02	Dos Acionistas	0	0	47.910
4.01.03	De Terceiros	205.121	36.738	147.564
4.02	Aplicações	244.817	57.433	165.531
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(25.348)	(30.422)	53.628
4.04	Variação do Ativo Circulante	75.472	(46.681)	(36.806)
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	103.590	150.271	187.077
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	179.062	103.590	150.271
4.05	Variação do Passivo Circulante	100.820	(16.259)	(90.434)
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	152.411	168.670	259.104
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	253.231	152.411	168.670

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2001 A 31/12/2001 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	512.049	7.304	0	0	(278.003)	241.350
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(214.056)	(214.056)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	512.049	7.304	0	0	(492.059)	27.294

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2000 A 31/12/2000 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	512.049	7.304	0	0	(118.318)	401.035
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(159.685)	(159.685)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	512.049	7.304	0	0	(278.003)	241.350

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1999 A 31/12/1999 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	464.139	7.304	0	0	(46.129)	425.314
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	47.910	0	0	0	0	47.910
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(72.189)	(72.189)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	512.049	7.304	0	0	(118.318)	401.035

Parecer dos Auditores Independentes

15 de março de 2002

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR em 31 de dezembro de 2001 e de 2000 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Conforme descrito na Nota 4(c), a Companhia reconheceu no período de julho a dezembro de 2001, contas a receber líquidas resultante do Acordo Geral do Setor Elétrico, no montante de R\$ 25.925 mil, a título de recomposição tarifária. Esses valores foram contabilizados com base nos parâmetros técnicos e financeiros definidos no acordo e nas normas para cálculo expedidas pelos órgãos reguladores, segundo a melhor estimativa da administração da Companhia. A realização desses valores está sujeita, principalmente, à adesão ao referido acordo firmado entre os agentes do setor, o que no momento não é intenção da administração, uma vez que a mesma discorda de seus termos pelos motivos detalhados na Nota 4(c). Pelo fato de não aderir ao acordo do setor e, eventualmente, necessitar discutir judicialmente a aplicação do Anexo V, a realização do contas a receber não está assegurada, com o que o mesmo não deveria ter sido reconhecido nas demonstrações financeiras. Conseqüentemente, o ativo e o passivo circulantes estão apresentados a maior em R\$ 26.907 mil e R\$ 982 mil, respectivamente, e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2001 e o prejuízo do exercício findo nessa data estão apresentados respectivamente a maior e a menor em R\$ 25.925 mil.
- 4 Somos de parecer que, exceto pelos efeitos da contabilização do ativo mencionado no parágrafo anterior, as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR em 31 de dezembro de 2001 e de 2000 e o resultado das operações, as mutações do
- 5

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

- 6
- 7 patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária.
- 5 Conforme mencionado na Nota 4(a) e (c), as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2001 incluem valores a receber da energia elétrica comercializada no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – MAE, no montante de R\$ 32.661 mil, e valores de Energia Livre e Parcela A, correspondente a despesa líquida de R\$ 1.145 mil, decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico, consignados na Medida Provisória no.14. Esses valores foram obtidos a partir de dados preliminares disponibilizados pela Administradora de Serviços do MAE – ASMAE e normas do órgão regulador. A definição desses valores aguarda a liberação final dos números pela ASMAE e a aprovação da Medida Provisória no Congresso Nacional.
- 6 Conforme descrito na Nota 11, a Companhia emitiu debêntures que contêm cláusulas restritivas estabelecendo, dentre outras questões, limites e índices econômicos-financeiros mínimos a partir de 31 de dezembro de 2001. Esses índices não foram atendidos nessa data, com o que a Companhia necessita voltar a apresentar os índices previstos até a data limite para apresentação de demonstrativos financeiros do primeiro trimestre de 2002, ou repactuar-los junto aos debenturistas, sob pena destes declararem antecipadamente vencidos os valores das debêntures, atualmente demonstradas no exigível a longo prazo pelo montante total de R\$ 150.000 mil.
- 7 As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2001 foram elaboradas de acordo com princípios contábeis aplicáveis a empresas em regime normal de operação. Como descrito na Nota 1, a Companhia tem apurado constantes prejuízos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício. O acionista controlador divulgou que não deverá fazer investimentos adicionais na Companhia no Brasil, a qual deverá discutir com representantes do governo a garantia da continuidade da qualidade dos serviços prestados a seus consumidores, por meio de recursos financeiros de geração própria e de terceiros que venham a ser obtidos. Esses aspectos suscitam dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia. Os planos da administração relacionados ao financiamento de suas atividades, negociações com credores e agentes fiduciários mencionados no parágrafo anterior, e ações para melhorar a rentabilidade de suas operações, estão também descritos na Nota 1. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “S” MA

Valdir Renato Coscodai
Sócio
Contador CRC 1SP165875/S-2 “T” PE “S” MA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2001

01660-8	CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	06.272.793/0001-84
---------	-----------------------------	--------------------

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Presidente

Desde a sua privatização, em junho de 2000, a Cemar despendeu mais de R\$ 140 Milhões em investimentos e R\$ 33 Milhões adicionais em despesas operacionais buscando melhorar seus índices de qualidade e diminuir seus níveis de perdas.

Durante a implementação do Plano de Negócios, diversos fatores externos impactaram negativamente o desempenho da Companhia, prejudicando os resultados e comprometendo a sua situação econômica e financeira.

Em pleno processo de transformação, com pesados investimentos para a reestruturação da Companhia, fomos impactados pela crise energética brasileira decorrente da falta de geração e transmissão de energia que culminou com a decisão do Governo Federal decretando, a partir de junho de 2001, o Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica.

O referido Programa provocou uma queda de 22,3% do consumo de energia dos nossos clientes, o que levou a carga da Empresa para valores próximos aos registrados no ano de 1997, gerando, como consequência, um forte impacto na Receita. Além desse fato, para todo volume de energia comercializada no Mercado Atacadista de Energia (MAE), não houve as correspondentes liquidações financeiras em razão dos impasses jurídicos e institucionais que paralisaram as operações naquele mercado, desde setembro de 2000.

Outro aspecto a considerar foi a não pactuação da Cemar com o Acordo Geral do Setor Elétrico do Governo Federal, através da Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, o que não permitiu à Companhia compensar as perdas decorrentes do Racionamento.

Por conseguinte, tivemos que tomar algumas decisões que refletiram, também, de forma marcante nos resultados obtidos em 2001. Nesse particular temos a citar a baixa dos créditos fiscais, que propiciou uma redução do Patrimônio Líquido representando 61,24 % do resultado do exercício, bem como os ajustes das provisões para refletir a real posição patrimonial da Companhia que, anteriormente, não contemplava todos os problemas já existentes na Empresa .

Por outro lado, tivemos um aumento da participação acionária na ordem de 6% decorrentes da compra das ações ordinárias dos empregados, conforme previa o Contrato de Compra e Venda.

Entre os diversos Programas e Ações que a Cemar implementou em 2001, com o objetivo de reverter as dificuldades que o cenário impôs, investimos R\$ 103,64 Milhões em obras de construção e melhoria do sistema elétrico, com destaque para a Subestação Três Marias que beneficiou mais de 30.000 clientes e o Programa de Implementação de Medidores e Padrões de Ligação, no qual foram gastos R\$ 58,6 Milhões e que proporcionou uma redução em clientes ligados sem medidor, de 30% para 3%, e que correspondeu a ter instalado medidor e padronizado ligações em 436.000 clientes no ano de 2001. Estas ações contribuíram de forma significativa para o programa de redução das perdas elétricas, que passaram de

28,15 %, em 2000, para 23,94 %, em 2001, representando uma redução das perdas anual média na ordem de 4,21 %, decorrente da instalação de medição, manutenção de medidores, combate a fraude, recadastramento, melhoria do sistema elétrico, entre outras ações.

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Não obstante todos os inúmeros obstáculos, a Empresa demonstrou uma grande capacidade de se adaptar à situação de crise, criando soluções para enfrentar as dificuldades, sem perder de vista a necessidade de garantir a prestação de serviço com qualidade para nossos Clientes, bem como melhorar o desempenho e os índices de qualidade estabelecidos e controlados pela Aneel. Assim, reconhecemos o esforço de todos os que direta ou indiretamente fazem a Cemar, acreditando que com a participação destes e nossa capacidade de realizar, fecharemos o ano de 2002 com um resultado satisfatório para Acionistas, Clientes e Empregados.

Luis Alfredo Barros Pinto

Diretor - Presidente

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mercado de Energia

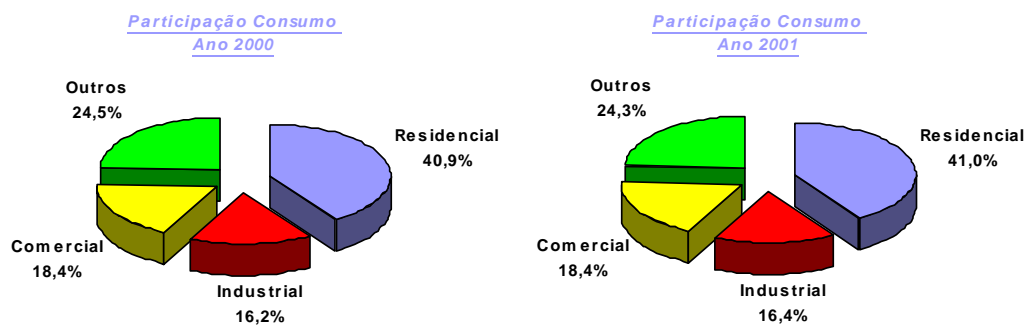
Ao término de 2001, o sistema de distribuição da CEMAR alcançou a marca de 1.927 localidades atendidas, sendo 217 sedes municipais. O número de consumidores elevou-se a 1.033.996, com um acréscimo de 36.105 novos consumidores, representando um incremento de 3,5% em relação a dezembro/00.

Consumidores por Classe de Consumo

Classe	2000	2001	Variação (%)
Residencial	899.361	916.385	1,86%
Industrial	8.241	8.523	3,31%
Comercial	68.761	74.827	8,11%
Outros	21.528	34.261	37,16%
Total	997.891	1.033.996	3,49%

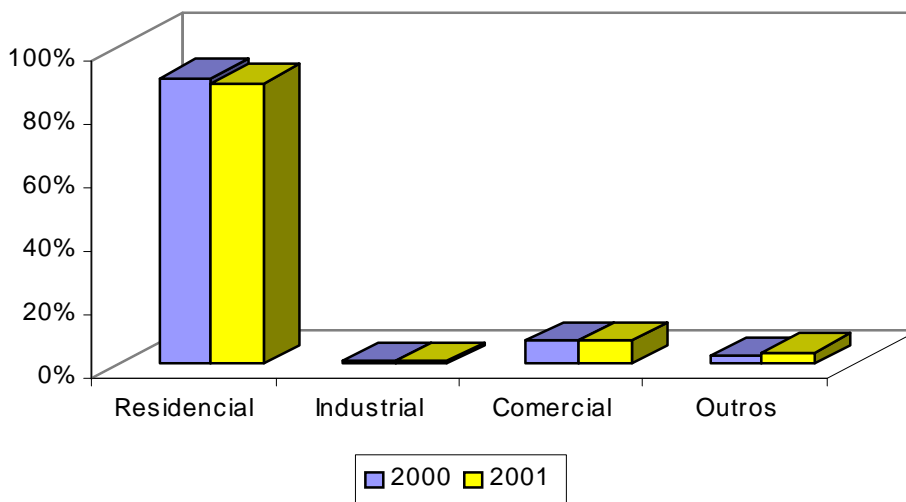
A venda de energia elétrica em 2001 foi de 2.294.542 MWh, representando um decréscimo de 1,06% em relação ao ano de 2000.

Não ocorreram variações significativas nas participações de consumo de nenhuma classe em relação a 2000, caracterizando assim o efeito do racionamento de energia elétrica ocorrido no ano 2001.



13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Participação do N. de Consumidores



Consumo por Classe - MWh

Classe	2000	2001	Variação (%)
Residencial	948.574	940.423	-0,87%
Industrial	375.321	375.526	0,05%
Comercial	426.765	421.204	-1,32%
Outros	568.109	557.389	-1,92%
Total	2.318.769	2.294.542	-1,06%

A energia requerida para atendimento do mercado da CEMAR totalizou 3.006.949 MWh, inferior em 7,3% em relação a 2000.

Da energia requerida pelo sistema, 2.958.627 MWh foram provenientes de compras da ELETRONORTE e 47.046 MWh de

compras da CEPISA e apenas 1.305 MWh corresponderam a geração própria.

A demanda máxima registrada foi de 416 MW, que ocorreu no mês de dezembro, inferior em 26,1% àquela verificada em 2000.

As perdas de energia, compreendendo as técnicas e comerciais, foram de 711.967 MWh correspondendo a um índice de 23,7% de perda que é, por sua vez inferior em 4,8% ao registrado das perdas em 2000.

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanzo de Energia - MWh

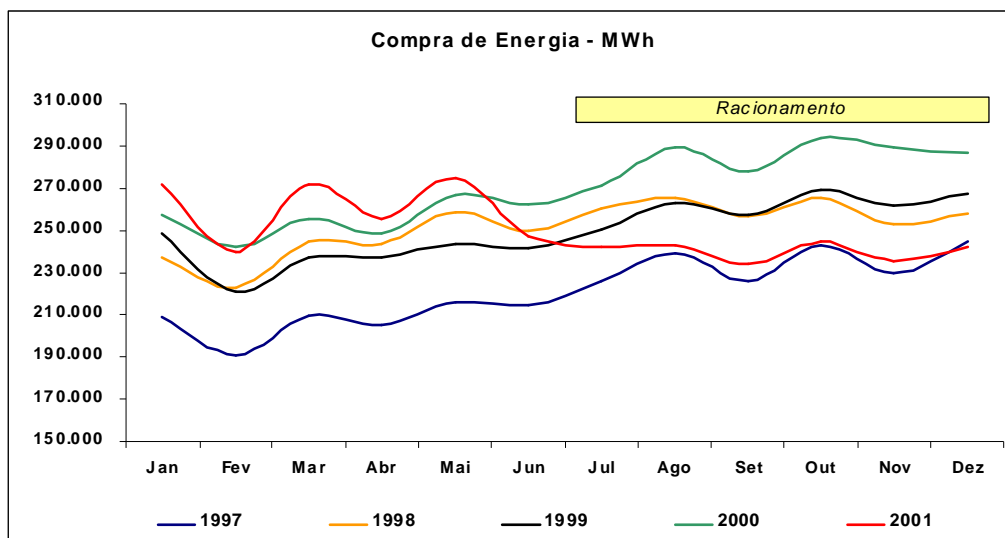
	2000	2001	Variação (%)
Geração Própria - MWh	2.124	1.305	-38,56%
Energia Comprada - MWh	3.241.454	3.005.673	-7,27%
- ELETRONORTE	3.190.828	2.958.627	-7,28%
- CEPISA	50.626	47.046	-7,07%
Energia Requerida - MWh	3.243.535	3.006.949	-7,29%
Energia Vendida - MWh	2.318.769	2.294.542	-1,04%
Perdas			
- MWh	923.950	711.967	-22,94%
- %	28,5%	23,7%	
Demanda - MW	563	416	-26,11%

Racionamento de Energia

O Racionamento de Energia Elétrica impactou o Mercado da CEMAR a partir de junho de 2001 até março de 2002, inicialmente com a inclusão de 16 municípios atendidos pelo sistema interligado Nordeste, através da CEPISA, o que corresponde ao atendimento de 33.000 clientes.

No mês de julho, os demais municípios da área de concessão atendidos pelo sistema interligado Norte, através da usina de Tucuruí, entraram em um programa de Racionalização do Uso da Energia, e a partir de agosto, entraram em Racionamento Compulsório, de acordo com a determinação da ANEEL.

Os consumidores da CEMAR excederam a meta de racionamento imposta pelo Governo, alcançando uma economia média de 22,3%, o que aumentou ainda mais as sobras dos contratos iniciais, da ordem de 16% médio mensal, negociadas no âmbito do MAE sem as correspondentes liquidações financeiras, em razão dos impasses jurídicos e institucionais que paralisaram as operações naquele mercado desde setembro de 2000 até a presente data, e levou a carga da empresa para valores próximos aos registrados no seu mercado no ano de 1997.



01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A forma de compensação pelas perdas de racionamento, reconhecidas através da Medida Provisória Nº14 de 21/12/01 e objeto do Acordo Geral do Setor, não traduz em seu escopo as condições de compensação para as perdas da CEMAR, uma vez que subtrai a possibilidade de reconhecimento do investimento para redução das perdas em distribuição, que entre os anos de 2000 e 2001 foram reduzidas de 28,5% para 23,7% médios, segundo a metodologia da ANEEL que leva em consideração os últimos 12 meses. Essa queda demonstra a eficiência do programa de redução de perdas da Companhia uma vez que a CEMAR apresentava níveis elevados no começo do ano e em períodos anteriores (histórico).

Devido ao alto nível de perda de receita causado pelo racionamento, além de outros fatores, a CEMAR negocia alternativas junto à ANEEL e demais órgãos oficiais do setor para recuperação de seu equilíbrio econômico financeiro, ao mesmo tempo em que redobra esforços para garantir a distribuição de Energia Elétrica de forma segura e confiável aos seus consumidores.

Comercialização de Energia

ATENDIMENTO/GESTÃO DE CONSUMIDORES

Na área de atendimento a clientes, ressaltamos as seguintes ações como destaque:

- A informatização de 52 Localidades, garantindo dessa forma rapidez no atendimento ao cliente, assim como uma maior agilidade no processo de faturamento;*
- A implantação na Gerência Geral de São Luís do sistema SCS – Sistema de Controle de Solicitações, que objetiva garantir o gerenciamento do fluxo das solicitações e reclamações de nossos clientes, através do cadastramento e acompanhamento de todas as reclamações/solicitações de serviços;*
- Reforma e melhoria das instalações físicas das principais Agências de Atendimento a Clientes em; São Luís, Caxias, Imperatriz, Bacabal, Santa Inês e Chapadinha.*
- Implantação do serviço de atendimento a cliente através do 0800 280 6868, para atender a Ouvidoria da Cemar;*
- Inauguração da sede própria do Conselho de Consumidores da Cemar no anexo da Agência de Negócio do Reviver, situado na Av. Jaime Tavares, s/nº, Centro, São Luís-Ma.*
- Implantação do novo modelo de conta de energia, proporcionando ao Cliente leitura mais fácil e detalhada.*

RECADASTRAMENTO DE CONSUMIDORES

Executado levantamento em campo de 132.232 clientes com objetivo de promover o ordenamento das rotas de leitura, atualização de base de dados, redução de perdas e busca da melhor eficiência nas atividades comerciais, sendo que do total recadastrado foram reclassificados 13.790 clientes de baixa renda e regularizados 5.890 clientes clandestinos.

Procedemos à visita de 438.099 (mil) clientes durante o processo de instalação e regularização da medição, aproveitando-se para conciliar com atualização de dados cadastrais, sendo que 375.549 foram objeto de instalação/substituição de medidores e 62.550 de regularização, sem instalação de medidores.

Também procedemos recadastramento de todos os clientes de Alta Tensão, num total de 1.212 até dezembro/01, com ênfase para eliminação de clientes ligados sem medidor, atualização constante de medição e aferição de todos medidores existentes.

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RECLASSIFICAÇÃO DE CLIENTES DE BAIXA RENDA

Durante o ano de 2001, realizamos um trabalho intenso de reclassificação de clientes de baixa renda através dos Leituristas e Recadastramento.

Nesse período observamos que houve um crescimento de 5,46% do número de clientes e redução de 20,27% de clientes de baixa renda, assim distribuído: 412.198 para 328.646, onde ressaltamos o mercado de baixo poder aquisitivo com consumo médio residencial em torno de 86 kWh.

LEITURA

O processo de leitura foi bastante otimizado, com a implantação da atividade através de coletores eletrônicos em todas as localidades acima de 200 Clientes, proporcionando maior qualidade, confiabilidade e agilidade no processo de Faturamento.

Várias foram as vantagens desse novo processo, a exemplo da redução do faturamento por estimativa de consumo (média/mínimo) em 55% e disponibilização de inúmeros relatórios gerenciais via internet, contemplando todas as ocorrências de campo (irregularidades de medição), objetivando a integração com a atividade de fiscalização e regularização das ocorrências.

Em janeiro/2001, tínhamos somente 46% dos clientes com leitura informatizada e um índice de erro de leitura na faixa de 0,7%. Atualmente estamos com 79,9% da leitura já informatizada e registramos um percentual de erro na faixa de 0,4%.

FATURAMENTO

No início do ano de 2001, concentrávamos 47,0% das atividades de faturamento na Sede. Iniciamos então a descentralização desse processo para as Unidades Regionais, atingindo 100% em julho/01, onde pudemos constatar a melhoria da eficiência na gestão do faturamento, com maior agilidade e redução dos prazos entre a leitura e processamento das contas, garantindo maior confiabilidade nos dados devido a proximidade com o Cliente; bem como uma racionalização do trabalho e melhor utilização da mão-de-obra.

ARRECADADAÇÃO

Foi ampliado o volume de agentes arrecadadores, com o credenciamento nas Gerências Gerais de Negócios de 198 novos agentes, através dos contratos firmados com a Pague Fácil e com a Service Pague;

Implementada a cobrança de juros moratórios e atualização monetária para clientes com contas em atraso.

Autorizada pela GENAB - Gerência Nacional de Bingos a autorização da campanha de distribuição gratuita de prêmios e incentivo à adimplência, sob o título "Tá em dia. Tá com Tudo!", onde os principais objetivos são: melhorar o fluxo de caixa da Companhia e premiar através de sorteios os clientes que realizam o pagamento de suas contas de energia até a data do vencimento, campanha a ser implementada no período de janeiro a abril de 2002.

COBRANÇA

Intensificado o processo de cobrança a clientes inadimplentes, com implementação das seguintes ações:

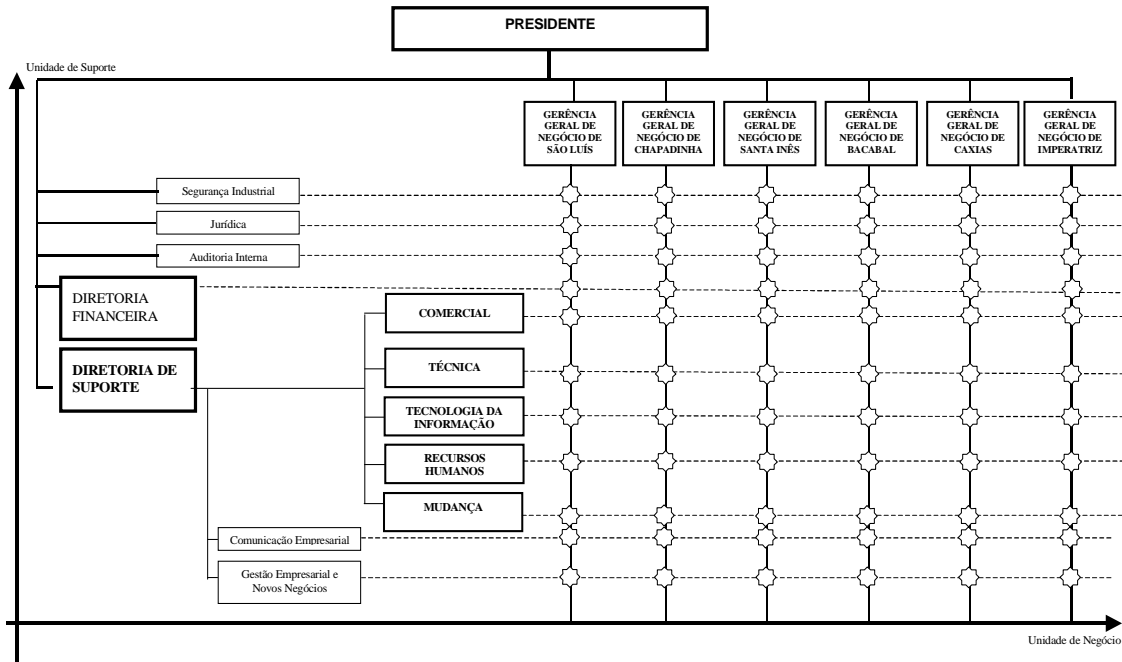
- *Formação de equipes de cobrança personalizada;*

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Contratação e parceria com empresas especializadas em cobrança administrativa;
- Implementação de novo modelo de contrato de corte por produtividade;
- Cobrança judicial;
- Cobrança especial para os poderes públicos: Federal, Estadual e Municipal.

Administração e Recursos Humanos

Em janeiro/2001 foi implantada a nova Estrutura Organizacional da Empresa que obedece a um Modelo Matricial, Horizontalizada, contemplando Unidades de Negócio (geradora de resultados) e de Suporte (definidora de políticas e serviços), foi desenvolvida como ferramenta para apoiar a Visão, Missão e Valores da CEMAR, bem como está focada para gerar valores aos Clientes, Acionistas e Empregados.



01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2001, a CEMAR reinstituiu no Programa de Incentivo à Demissão Voluntária de Aposentados, beneficiando 82 (oitenta e dois) empregados que se encontravam aposentados ou com tempo de serviço para requerer a aposentadoria.

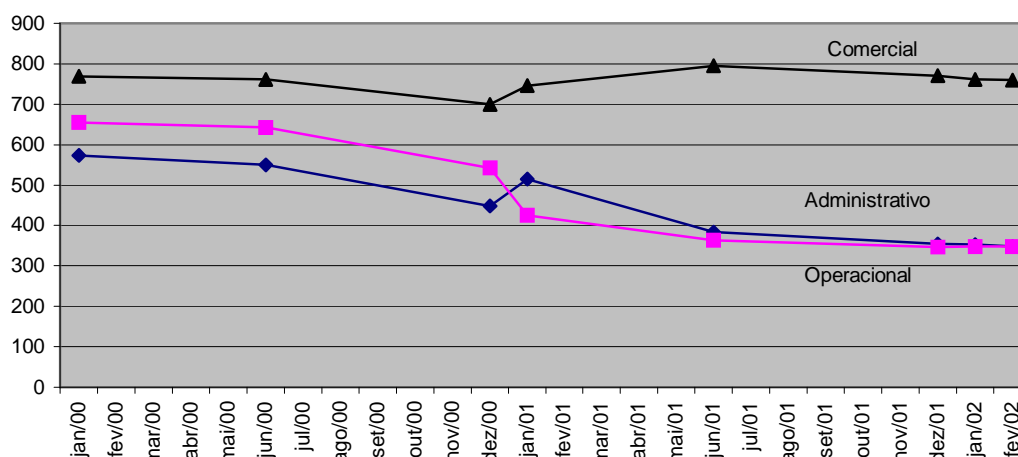
A Empresa possibilitou, ainda, àqueles empregados que não incorporaram os valores da nova CEMAR/PPL, a oportunidade de desligamento do quadro de empregados.

Indicadores	2000	2001	2001/2000
Nº de Empregados	1.689	1.473	-13%
Quantidade de Empregados Interior	44%	55%	34%
<i>Consumidor por Empregado</i>	591	702	19%
<i>Energia Vendida (MWh) por Empregado</i>	1.373	1.558	15%

Em 2001, a produtividade dos empregados aumentou em 19% (dezenove por cento), tomando-se por base a relação de consumidor por empregado, aonde, hoje, cada empregado responde em média por 702 consumidores. A produtividade medida pela Energia Vendida (MWh) por Empregado apesar do Estado do Maranhão, pertencente à Região Norte, no Sistema Elétrico Nacional, ter sido incluído no racionamento obrigatório de energia elétrica, aumentou em 15% (quinze por cento), decorrente da implementação de políticas de combate à fraude.

A CEMAR instituiu o Programa de Gestão de Talentos com objetivo de melhor aproveitamento de seu quadro de pessoal, compatibilizando as competências com as necessidades, assegurando as pessoas certas nos lugares certos, garantindo, assim, a funcionalidade da nova estrutura.

Evolução Número de Empregados por Área



01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A partir da implantação da nova estrutura, a Empresa passou a privilegiar as áreas de negócio, localizadas na sua grande maioria no Interior do Estado, alocando 192 empregados nas unidades geradoras de recursos para garantir os resultados definidos no seu Planejamento Estratégico.

A Empresa implantou o Programa de Gerenciamento de Desempenho, oferecendo treinamento para os gerentes utilizarem essa importante ferramenta de gestão, onde cada empregado traça seus objetivos individuais (alvos) alinhados à estratégia da Empresa e as Metas Setoriais de cada setor. O referido

programa tem como objetivo principal garantir o sucesso do empregado, pois, uma vez que este alcance seus objetivos, o Setor alcançará suas Metas e a Empresa, por sua vez, alcançará os indicadores estabelecidos nas suas Áreas de Resultados Estratégicos. Gera-se, assim, um nível de comprometimento dos empregados, onde cada um sabe claramente a sua responsabilidade e importância para o alcance da Missão.

Houve uma mobilização de toda a Empresa, que, com determinação, comprometimento e motivação, conduziu o processo de mudança. Nesse cenário de transformação e de gestão de mudança em nossa cultura estão devidamente evidenciados e comprovados os seguintes aspectos: compromisso, trabalho em equipe, administração orientada ao alto desempenho, cultura de aprendizagem, segurança, apoio à tomada de decisões e outros de importância equivalente para a conquista dos resultados que conseguimos lograr.

O Programa de Capacitação da CEMAR para o ano de 2001 foi efetivado, no sentido de desenvolver habilidades técnicas, relacionamento, liderança, informática, segurança industrial e de gestão empresarial para tomada de decisões, dentre outras.

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	
<i>Participações em Eventos Internos</i>	<i>3.853</i>
<i>Participações em Eventos Externos</i>	<i>15</i>
<i>HHT (Homem hora treinado)</i>	<i>57.767</i>

Visando o desenvolvimento das lideranças, a partir de novembro/2001, iniciou-se o treinamento Gestão Empresarial para Formação de Líderes - Convênio CEMAR / FGV – Fundação Getúlio Vargas, com o objetivo de transformar 45 (quarenta e cinco) empregados em líderes de negócios.

Houve uma mudança radical na CEMAR em relação a segurança, pois para empresa este é um dos principais valores. Desenvolvemos o programa de prevenção e controle de perdas acidentárias, investimos quase um milhão de reais em 6.830 peças EPI's e EPC's, elaboramos normativa de instrução para concessão de licenciamento ambientais e autorizações de desmatamentos, para as

novas obras e serviços de limpeza de servidão, adequamos os novos projetos a legislação ambiental vigente, e realizamos o workshop para conscientização da importância da preservação do meio ambiente.

Convém destacar que, neste período de pós-privatização, a CEMAR teve o apoio efetivo da Equipe de Transição, formada por técnicos e consultores cedidos pela PPL/LA, para transferir capital de conhecimento e ajudar nos resultados auferidos pela Empresa.

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Investimentos

Os investimentos realizados em 2001 foram da ordem de R\$ 128,6 milhões, distribuídos em obras do Sistema de Alta Tensão, no Sistema de Média e Baixa Tensão, Programa de Redução de Perdas e em instalações gerais.

SISTEMA DE ALTA TENSÃO

Ao Sistema de Alta Tensão, foram agregados 318,47 Km de linhas e 68,5 MVA de potência instalada em subestações, com a realização das seguintes obras:

LT 69 kV – Balsas / Serra do Penitente.....	165,41 Km
LT 34,5 kV – Urbano Santos / Peria.....	68,70 Km
LT 34,5 kV – Serra do Penitente / Tasso Fragoso.....	84,36 Km
SE 138/69/13,8 kV – Três Marias.....	40,00 MVA
SE 69/34,5 kV – Serra do Penitente	6,25 MVA
SE 69/13,8 kV – Timon.....	2 x15,00 MVA
SE 69/13,8 kV – Pinheiro.....	10,00 MVA
SE 69/13,8 kV – Vitorino Freire.....	10,00 MVA
SE 34,5/13,8 kV – Tasso Fragoso.....	1,00 MVA

Cabe destacar a construção da Subestação de Área Três Marias, na tensão de 138/69 kV, que propiciou melhoria significativa na qualidade do fornecimento (principalmente regulação de tensão e redução de perdas) beneficiando a 20 municípios da baixada maranhense, que corresponde a 52.361 consumidores, além do Centro de Lançamento de Alcântara.

Outra obra a ser destacada é o Sistema Serra do Penitente que teve como finalidade interligar Tasso Fragoso ao Sistema Elétrico para atender ao Contrato de Concessão exigido pela ANEEL.

As obras no Sistema de Alta Tensão beneficiaram aproximadamente a 100.157 clientes em 29 municípios.

SISTEMA DE MÉDIA/BAIXA TENSÃO

O acréscimo de obras de expansão realizado no Sistema de Média e Baixa tensão foi conforme a seguir :

REDE DE Baixa Tensão.....	1.061,21 Km
REDE DE Média Tensão.....	302,60 Km
TRANSFORMADORES INSTALADOS.....	398 unidades
POTÊNCIA INSTALADA.....	24.259 KVA
ILUMINAÇÃO PÚBLICA.....	8.382 luminárias

PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS

Durante o processo de tomada de controle da CEMAR, entre julho e agosto de 2000, a empresa apresentava um alto índice de perdas na ordem de 27%, que ao mudar o procedimento administrativo de faturamento subiu para aproximadamente 30%. Além disto aproximadamente 35% de seus clientes não possuíam

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

medidor, produto de anos de crescimento vegetativo com baixos níveis de investimento na instalação de novos clientes.

As Principais Iniciativas para Redução das Perdas de Energia foram:

1- Projeto de "Medição Transparente"

Esta iniciativa foi orientada para instalar medidores em todos nossos clientes e melhorar a qualidade da medição a fim de aumentar a eficiência dos processos, com a formação de equipes de trabalho próprios da Cemar.

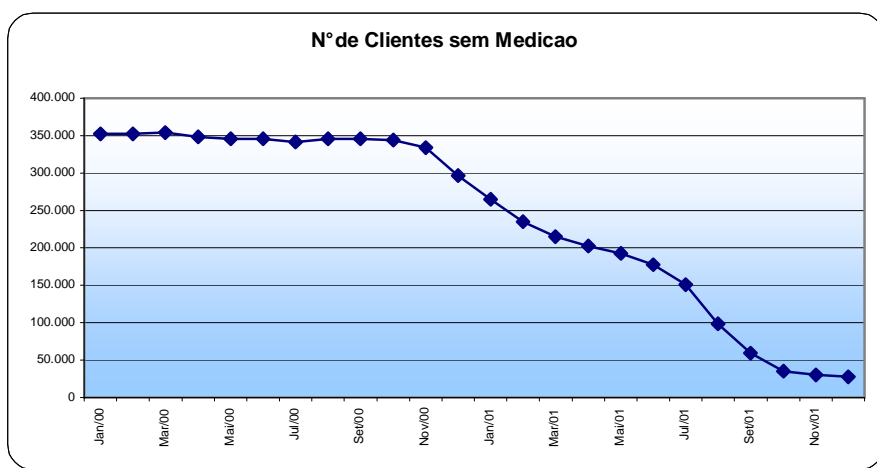
Desta forma foi desenvolvido um padrão de ligação que permitiu normalizar a medição em nossos clientes melhorando a qualidade técnica da instalação e minimizando as possibilidades de fraude e furto.

Capacitação e criação de força de trabalho para implementar um agressivo plano de instalação e normalização da medida das Unidades Consumidoras foi implementado.

Além disto foi necessário a ativação de logística para compra e controle de materiais, a otimização do sistema de compras e negociação com os fornecedores permitiu obter economias importantes. Baseado no conceito de "economia de escala".

Os montantes de compras envolvidos geraram à adequação de nossos almoxarifados tanto em sistemas informáticos como pessoal para administrar o fluxo de materiais.

No gráfico abaixo se pode observar o esforço realizado em um período de doze meses, logrando instalar um total aproximado de 320.000 medidores, equivalentes a 92 % dos clientes sem medidor existentes a junho de 2000.



01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

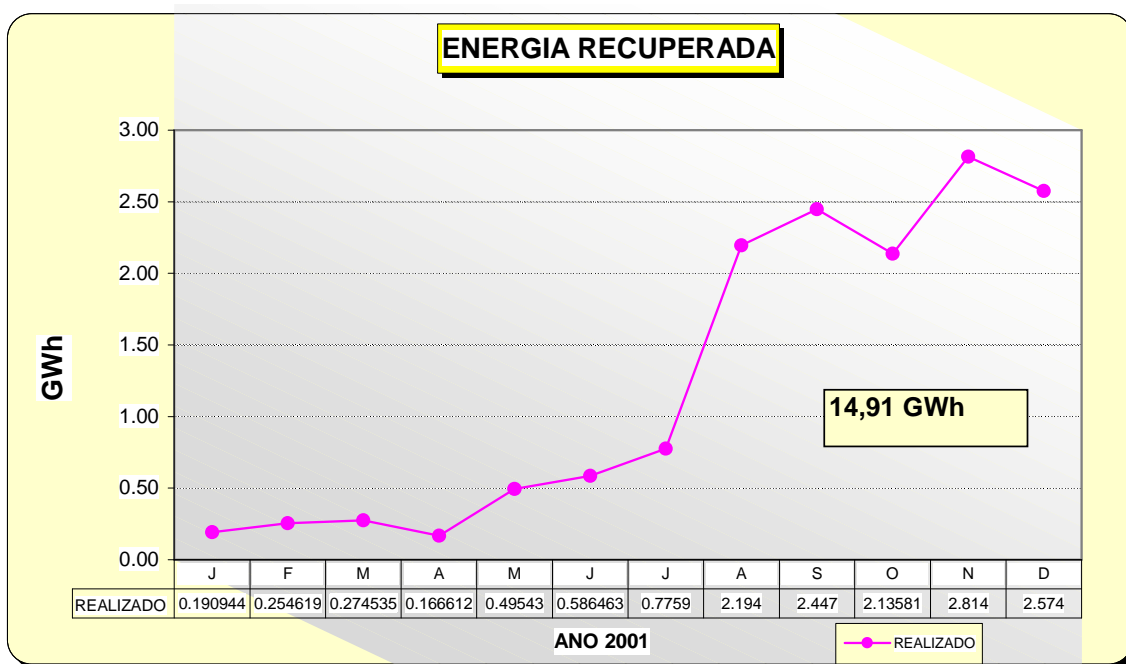
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Além destes, deverá ser considerada a instalação de medidores em clientes novos por crescimento vegetativo e a substituição de medidores por manutenção. Foram instalados na ordem de 35.000 unidades ao mês.

2- Combate ao Consumo Não Registrado.

- a) Programa de detecção e verificação de consumos Não registrados (fraudulentos e roubos) é um programa
- b) que está orientado a localizar irregularidades nas instalações dos clientes das diferentes classes, e particularmente daqueles que foram registrados com anormalidades a fim de evitar repetição.

A longo do ano 2001 foram fiscalizadas 46.406 Unidades consumidoras das diferentes classificações. No último semestre as inspeções foram aumentadas com a incorporação de maior quantidade de equipes especializadas e treinadas, visando dar cumprimento às disposições legais e de procedimentos. As ações implementadas permitiram recuperar 14,91 GWh anuais de energia histórica consumida em períodos passados.



01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

b) Programa de AT

O projeto de inspeção de equipes de medição de 1.147 clientes de Alta Tensão foi executado com 10 equipes especializadas e teve uma duração de três meses. Os principais aspectos a serem revisados foram:

- Estado e relação dos transformadores de corrente.
- Estado e relação dos transformadores de potencial.
- Estado e características dos medidores de energia.
- Constante (fator multiplicador).

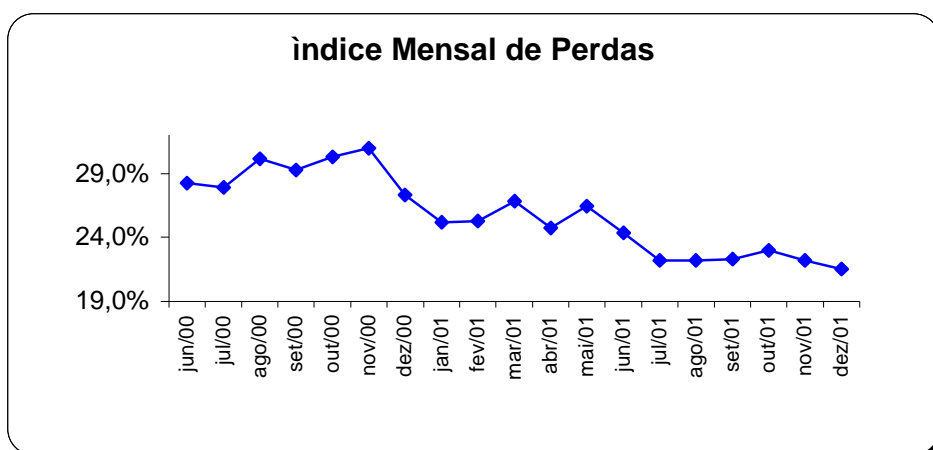
A estimativa de recuperação de energia está baseada em irregularidades localizadas como consequência de anormalidades encontradas nos componentes da medição em muitas instalações.

c) Medição Comparativa: O objetivo da Unidade de Medida Comparativa foi determinar as áreas de transformação e os clientes que representam as maiores perdas, a fim de orientar a ação efetiva das Unidades de Fraude, Correção de Padrão/Instalação Nova e Regularização Administrativa - Cadastro.

Instalação ou leitura de um equipamento registrador ou medidor para comparar com o consumo registrado no mesmo período por outro conjunto de medidores. A instalação pode ser feita em transformadores de área, prédios de múltiplas unidades consumidoras, consumidores industriais em AT e BT, alimentadores, ramais MT, Subestações de Poder ou Pontos de Entrega.

3- Resultados

Os resultados obtidos estão diretamente relacionados com o índice de perdas e a evolução do mesmo durante projeto.



01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

OBRAS SOCIAIS

Em cumprimento ao disposto nos itens XVI e XVII da Cáusula 11ª do Contrato de Compra e Venda de Ações, firmado entre o Governo do Estado do Maranhão e a Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, que estabelece a vinculação de percentual mínimo de 1% (um por cento) ao ano da receita líquida anual de fornecimento, à execução de obras e serviços vinculados ao atendimento de consumidores em áreas rurais e/ou de cunho social, definidas pelo Governo do Estado, a CEMAR realizou o Programa de Obras Sociais do exercício de 2001 que contemplou 36 municípios, beneficiando 39 povoados, com obras de melhoria e

construção de redes de distribuição urbana e rural, onde foram implantados 2.959 postes e construído 62 Km de rede de média e baixa tensão, atendendo a aproximadamente 17.754 clientes para uma população estimada de 88.770 habitantes.

QUALIDADE:

Com tudo que foi realizado no sistema elétrico, tanto em investimento como em manutenção, tivemos os seguintes resultados nos indicadores de qualidades de serviços:

- . Diminuição de 20% do numero de reclamações.*
- . Redução de 32,9% em transformadores queimados.*
- . Diminuição de aproximadamente 55% no numero de desligamento de alimentadores de 13,8 kV.*
- . Diminuição de aproximadamente de 46% no numero de desligamentos intempestivos.*
- . Melhoria dos níveis de regulação de tensão, com as obras de subestações Três Marias, Timon, Vitorino Freire, Pinheiro e Tasso Fragosso.*
- . Apuração de indicadores de DEC e FEC, DIC e FIC de 7 para 213 conjuntos, com procedimentos definidos e acompanhamento para garantir informações fidedigna das ocorrências do sistema elétrico da CEMAR.*

Apesar da sensível melhoria do desempenho operacional (EBITDA) obtida em 2001, o resultado do exercício do ano foi desfavorável.

A seguir, os resultados dos últimos dois anos onde podemos observar o desempenho econômico financeiro da CEMAR:

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Econômico Financeiro

<u>R\$'000</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Receita Operacional Bruta	436.538	343.757
Impostos, Taxas Cotas	(92.298)	(74.102)
<u>Receita Líquida</u>	<u>344.240</u>	<u>269.655</u>
Despesas	(322.984)	(342.405)
<u>E.B.T.I.D.A.</u>	<u>21.256</u>	<u>(72.750)</u>
Depreciação	(36.850)	(34.634)
<u>Resultado do Serviço</u>	<u>(15.594)</u>	<u>(107.384)</u>
Resultado Financeiro	(62.312)	(70.575)
<u>Resultado Operacional</u>	<u>(77.906)</u>	<u>(177.959)</u>
Resultado Não Operacional	(5.062)	(21.641)
IR e Contr. Social	(131.088)	39.915
<u>Resultado do Exercício</u>	<u>(214.056)</u>	<u>(159.685)</u>

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

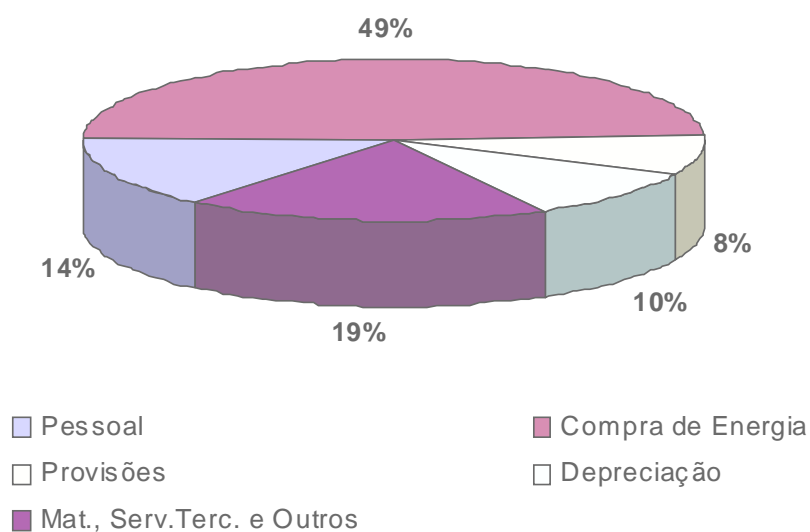
Observamos que a receita operacional bruta apresentou um crescimento de 27% em relação ao ano anterior. Esse crescimento deve-se principalmente às vendas ao mercado de curto prazo (MAE), ao reajuste tarifário de 10,54% concedido no mês de agosto e à redução do nível de perdas de energia, que caiu de 28,5% em 2000 para 23,7% em dezembro de 2001.

A queda nos níveis de despesas operacionais contribuiu favoravelmente para a melhora do EBITDA da CEMAR. Com exceção da compra de energia, encargos por uso de rede e gastos

com serviços de terceiros, todos os gastos operacionais caíram em relação ao ano 2000. As despesas com pessoal foram reduzidas em 20%, as despesas com materiais permaneceram no mesmo patamar que o ano anterior e as outras despesas administrativas e operacionais tiveram uma queda de 24%. Salientamos que o aumento dos gastos com serviços de terceiros são justificados principalmente pela intensificação do combate a fraude e manutenções no sistema para melhoria na qualidade de fornecimento de energia elétrica.

Ainda em 2001, foi necessário constituir provisões no montante de R\$ 27,9 milhões para devedores duvidosos e contingências em geral.

O gráfico abaixo representa a constituição das despesas operacionais da CEMAR:



01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O EBITDA da Companhia melhorou 122% em 2001 em relação a 2000. Esta melhora deve-se principalmente ao controle de gastos e, apesar do racionamento, ao aumento da receita (fruto principalmente dos investimentos realizados para combater as perdas de energia).

Assim sendo, a Demonstração de Resultado encerrada em 31 de Dezembro de 2001 registra um prejuízo de R\$ 214,05 milhões causado principalmente pelos seguintes fatores:

- Reversão dos créditos fiscais em função da falta de perspectiva para geração de lucro tributável. Foram revertidos R\$ 131.1 milhões o que representam praticamente 60% do prejuízo do ano;*
- Constituição de provisões para devedores duvidosos e para contingências no valor de R\$ 27,9 milhões e;*
- Pelos custos financeiros que, apesar de terem sido reduzidos em quase 12% graças à substituição de linhas de créditos de curto prazo por linhas de longo prazo e mais baratas, afetaram o resultado do exercício em R\$ 62.2 Milhões.*

Foram desenvolvidas também ações para melhorar os resultados financeiros da companhia, dentro das quais destacamos:

- Liquidação do empréstimo do Banco Rural, com recurso do BankBoston, onde foram substituídas as condições contratuais de taxas de juros de 1,40%, ao mes mais TBF por taxa de juros de 0,65%, ao ano mais CDI.*
- Renegociação da Dívida com a Fundação dos Empregados da Cemar onde substituímos as condições contratuais de taxas de juros de 15% ao ano mais INPC, por 102% do CDL.*
- A emissão de Debêntures no valor de R\$ 150,0 milhões aplicados na otimização da estrutura de capital da empresa, através do alongamento do perfil do passivo oneroso mediante a amortização emitidos pela CEMAR para distribuição pública (R\$ 60,0 Milhões) e capital de giro (38,0 milhões) e (52,0 milhões) aplicados no programa de investimentos para melhoria e expansão do sistema elétrico. O desempenho econômico-financeiro da CEMAR pode ser avaliado com os indicadores a seguir:*

	2001	2000
Liquidez Corrente	0,71	0,68
Margem Operacional (%)	49,2	55,4
EBITDA Margem (%)	6,2	(27,0)
EBITDA/GWh	9,3	(31,4)
ROE (%)	(784,3)	(66,2)
Venda de Energia (GWh)	2.295	2.320

01660-8	CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	06.272.793/0001-84
---------	-----------------------------	--------------------

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Maranhão – CEMAR é uma empresa de economia privada de capital aberto, que tem como atividades principais a distribuição e comercialização de energia elétrica, além da construção e operação de sistemas de geração, em pequena escala. Sua área de concessão é o Estado do Maranhão, atendendo aproximadamente 1.033.996 consumidores e cobrindo uma área superior a 333 mil quilômetros quadrados.

A energia, comprada substancialmente da Eletronorte, com a qual possui contrato para compra de energia até o ano de 2005, é comercializada com consumidores residenciais, comerciais, rurais e industriais, além dos órgãos dos poderes públicos, ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia.

A companhia apurou, em 31 de dezembro de 2001, prejuízo operacional no exercício de cerca de R\$ 78 milhões, prejuízo acumulado em cerca de R\$ 492 milhões e apresentou um capital circulante negativo no montante de cerca de R\$ 75 milhões. Na composição da estrutura de capital constata-se uma elevação do capital de terceiros devido à postergação de pagamentos a fornecedores e instituições financeiras, fruto de negociações realizadas pela administração juntamente com as partes envolvidas. A fim de adequar os recursos necessários para capital de giro e seu programa de investimentos, a administração vem trabalhando em renegociações de empréstimos e contas a pagar com parcelas de curto prazo, e está conduzindo processo para renovação e obtenção de linhas de empréstimos e financiamentos. Outras ações em curso para reverter a atual situação da companhia incluem as gestões de cobrança de contas em atraso e o programa de contenção de perdas e de religações e instalação de novos medidores.

O governo Federal, por meio de Medida Provisória, publicada em 5 de junho de 2001, criou e instalou a Câmara de Gestão de Energia Elétrica com objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial decorrentes da atual situação hidrológica no Brasil, considerada crítica para a compatibilização da demanda com a oferta de energia. Foram definidos percentuais desejados de geração e consumo em cada uma das regiões do país. As perdas líquidas operacionais e o fluxo de caixa negativo apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2001, foram fortemente agravados com essas medidas.

Em 31 de janeiro de 2002, a administração da Companhia publicou Fato Relevante informando que a PPL Corporation, acionista controlador, anunciou que não deverá fazer investimentos adicionais na Cemar, assim como reconheceu uma perda no resultado do exercício de 2001, no montante de US\$ 217 milhões, de um total de US\$ 317 milhões investidos na Companhia. Segundo anunciado, essa decisão decorre da conjunção de uma série de fatores que afetam significativamente o resultado operacional da Companhia, tais como a prolongada seca que atingiu o país, o conseqüente racionamento de energia elétrica, a ausência de liquidações financeiras no Mercado Atacadista de Energia - MAE (ora extinto por recente Medida Provisória), a defasagem tarifária das distribuidoras de energia e as incertezas regulatórias advindas dessa situação.

A administração da Companhia vem avaliando todas as alternativas disponíveis de modo a lidar com tais questões e suas prováveis conseqüências para a Cemar, juntamente com as autoridades competentes e demais terceiros envolvidos, visando à recuperação do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e no melhor interesse da Companhia e de seus consumidores, a quem a

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Companhia continuará a envidar esforços no sentido de prestar serviços de distribuição de energia elétrica de maneira adequada, segura e confiável.

2 - CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

O contrato de concessão dos serviços de energia elétrica celebrado entre a ANEEL, a CEMAR e o acionista controlador foi firmado em 11 de agosto de 2000. Os principais aspectos deste Contrato podem ser resumidos como descrito a seguir.

O objeto do contrato é a concessão para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Maranhão, destinado ao uso da população em geral, prestado em regime público.

O prazo da presente concessão terá seu termo final em 10 de agosto de 2030, podendo ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com as cláusulas constantes nos referidos contratos, mediante requerimento da concessionária.

A concessão pressupõe a adequada qualidade do serviço prestado pela concessionária, considerando-se como tal o serviço que satisfizer às condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas, observando os parâmetros e indicadores de qualidade dos serviços de energia elétrica, estabelecidos pela ANEEL.

O acervo da concessão, sendo a ela vinculados, é composto por todos os bens pertencentes ao patrimônio da concessionária, descritos no contrato de concessão do serviço de energia elétrica. No caso da extinção da concessão, todos os bens vinculados a ela reverterão automaticamente à ANEEL.

Observadas as regras da legislação econômica vigente, por iniciativa da ANEEL ou da concessionária, as tarifas poderão ser reajustadas mediante aplicação de fórmulas constantes nos contratos de concessão a cada intervalo não inferior a 12 (doze) meses, podendo haver revisão de tarifas de acordo com as situações elencadas nos contratos de concessão.

Durante o período de concessão compete à concessionária manter as seguintes apólices de seguros, conforme os prazos previstos de seguro do tipo "todos os riscos": seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade.

Estão previstas hipóteses de extinção do contrato de concessão, quais sejam: término do prazo da concessão, encampação, caducidade, rescisão amigável ou judicial e anulação e falência ou extinção da Concessionária, bem como previsão de indenização e intervenção em situações descritas nos contratos.

3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras, foram adotadas estimativas para a contabilização das transações. As demonstrações financeiras contêm, portanto, estimativas referentes às taxas de depreciação dos bens do imobilizado, contas a receber (Nota 4), relativas às provisões para

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

contingências, reconhecimento e reversão de créditos fiscais diferidos, tributos e outras similares, cujos resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas feitas.

No exercício atual, foram procedidos ajustes às contas de balanço, a fim de melhor adequá-las à realidade da companhia e de refletir na contabilidade, com critério, as melhores estimativas da nova administração. Os principais ajustes efetuados podem ser assim demonstrados:

	<u>R\$ mil</u>
Provisão para prováveis perdas nas Contas a Receber	14.621
Provisão para Contingências	8.293
Provisão para Pagamento do Plano de Desligamento Voluntário (PIDVA)	4.939
Baixa de obras em andamento não concluídas	3.108
	<u>30.961</u>
Efeito fiscal – Reversão dos créditos fiscais sobre prejuízos fiscais e Diferenças intertemporais	131.088
	<u>162.049</u>

As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com a legislação societária, normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas a seguir.

a) Efeitos inflacionários

Em conformidade com as disposições da Lei n.º 9.249/1995, estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições contratuais. As parcelas componentes do ativo permanente, patrimônio líquido e obrigações vinculadas à concessão estão atualizadas até 31 de dezembro de 1995, pela sistemática oficial de correção monetária até então vigente.

b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

O saldo de consumidores e concessionários inclui os valores faturados a consumidores finais e concessionários revendedores, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada e recomposição tarifária.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída para perdas prováveis com créditos de todos os consumidores, sem garantias, incluindo consumidores residenciais, industriais, comerciais e do governo. A provisão é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

Os materiais em estoque no almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado.

Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço e os demais demonstrados ao custo.

c) Permanente

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O imobilizado e os investimentos estão registrados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear. A partir do exercício de 1999, a Companhia passou a adotar as taxas de depreciação estabelecidas pela Resolução n.º 44, de 17/03/1999, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que se situam entre 2% a.a. e 20% a.a.. O valor apurado é debitado parte ao resultado e parte ao custo das obras em andamento, em função da utilização dos bens.

Em função do disposto na Instrução Geral n.º 36 do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados nesse subgrupo como custo.

Os Custos Indiretos de Obras em Curso são mensalmente apropriados às imobilizações em curso, mediante rateio, 10% de gastos administrativos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, como determinado pela ANEEL.

d) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

e) Resultado

É apurado pelo regime de competência e ajustado por transações contábeis conforme citado na nota 4.

f) Novo Manual de Contabilidade e Plano de Contas do Setor Elétrico

A resolução ANEEL 444, de 26/10/2001, instituiu o Manual de Contabilidade e Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, resultando em alterações nas práticas contábeis e de divulgação de informações econômicas e financeiras, até então aplicáveis às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual, de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002, não deverão trazer significativas alterações nas práticas contábeis adotadas até o momento.

4. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Os valores a receber, oriundos da atividade de venda de energia elétrica compõem-se, por vencimento, da seguinte forma:

R\$ mil

TOTAL

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CLASSE	A VENCER	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	2001	2000
Residencial	8.565	12.241	18.043	38.849	39.091
Industrial	1.948	3.003	3.053	8.004	6.653
Comercial, serviços e outros	4.757	3.953	6.868	15.578	15.497
Rural	366	690	899	1.955	1.893
Poder Público	1.316	3.604	12.724	17.644	15.881
	16.952	23.491	41.587	82.030	79.015
Iluminação Pública	1.229	240	1.310	2.779	2.760
Serviço Público	1.075	410	4.853	6.338	6.121
	19.256	24.141	47.750	91.147	87.896
Concessionárias	1			1	15
MAE (4a) e recomposição (4c)		22.981	36.587	59.568	6.818
	19.257	47.122	84.337	150.716	94.729
Fornecimento Não Faturado	13.789			13.789	13.235
Acréscimos Moratórios		43		43	4.496
Parcelamentos de débitos de energia fornecida	226	9.971	16.754	26.951	20.007
Programa Emergencial de Redução de Consumo de energia	7.542			7.542	
Outras Contas a Receber		12.199		12.199	6.430
	40.814	69.335	101.091	211.240	138.897

a) MERCADO ATACADISTA DE ENERGIA – MAE

O Mercado Atacadista de Energia – MAE , criado pela Lei 9.648, de 27 de maio de 1998 e regulamentado pelo Decreto 2.655, de 02 de julho de 1998, é o ambiente onde são transacionadas as sobras energéticas (energias no curto prazo) verificadas entre os valores de geração e de carga realizados e contratados/previstos.

A apuração da venda de energia de curto prazo a revendedores é realizada pela ASMAE – Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia, de acordo com os critérios estabelecidos por Resoluções da ANEEL .

Assim, o montante de R\$ 32.661 mil contabilizado de setembro de 2000 até junho de 2001 (incluído nos R\$ 59.568 mil acima), reflete as operações efetuadas no MAE e estão de acordo com os Relatórios de Contabilização disponibilizados pela Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - ASMAE. Os relatórios de contabilização, desde setembro de 2000, estão sendo revisados a partir de pedidos formulados por agentes do setor e poderão sofrer alterações.

b) RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com a entrada do período de racionamento, deu-se início à discussão de controvérsias geradas pela interpretação dos contratos iniciais de suprimento de energia elétrica celebrados entre as distribuidoras e as geradoras que prevêm, em seu Anexo V, a redução da energia contratada, no caso de condições hidrológicas desfavoráveis. A aplicação do Anexo V, dentro das condições vigentes na data, gerava uma sobra de energia a favor das distribuidoras a ser comercializada aos preços "spot" do Mercado Atacadista de Energia (MAE). O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia - CGE, divulgou em 18 de maio de 2001, um plano de racionamento de energia elétrica, em vigor desde 1º de junho de 2001, devido ao baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas das regiões sudeste e nordeste do Brasil. Em 21 de junho de 2001, a CGE incluiu os municípios da área de concessão atendidos pelo sistema interligado Norte, através da usina de Tucuruí, em um programa de Racionalização do Uso da Energia para o mês de julho de 2001, e no racionamento de energia elétrica a partir de agosto de 2001.

As principais medidas estabelecidas no Plano de Racionamento para a Região Norte instituído pela CGE estão descritas a seguir:

- meta de redução de 15% no consumo de energia elétrica para consumidores de baixa tensão e uma redução de 10% a 20% no consumo para consumidores de média e alta tensão, em relação ao consumo médio ocorrido no período de maio a julho de 2000;
- bônus financeiros limitados ao valor da conta de energia elétrica para, os consumidores residenciais com consumo inferior à meta individual de consumo;
- sobretaxas nas tarifas vigentes referente à parcela do consumo que exceder às metas fixadas pela Câmara de Gestão da Crise de Energia, para todos os consumidores de energia elétrica; e
- os gastos operacionais incorridos pela Companhia para colocar em prática o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica até dezembro de 2001 serão ressarcidos pelo poder concedente via reajuste anual da tarifa.

Em 17 de outubro de 2001, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 4, que prevê o repasse às concessionárias de energia elétrica, após a fiscalização da ANEEL, dos recursos necessários à cobertura do bônus concedido aos consumidores em excesso à sobretaxa nas tarifas, através do Ministério de Minas e Energia.

Os consumidores da CEMAR excederam a meta de racionamento imposta pelo Governo, alcançando uma economia média de 22,3%, o que aumentou ainda mais as sobras dos contratos iniciais, da ordem de 16% médio mensal, negociadas no âmbito do MAE, sem correspondentes liquidações financeiras, em razão dos impasses jurídicos e institucionais que paralisaram as operações naquele mercado desde setembro de 2000 até a presente data.

A ANEEL estabeleceu controles e contas contábeis específicas para o registro das operações decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. Os valores registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2001, estão demonstrados em separado no quadro acima e passivo pelo montantes de R\$ 7.542 mil e R\$ 5.345 mil, respectivamente.

c) ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 21 de dezembro de 2001, foram publicadas a Medida Provisória no. 14 e as Resoluções da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE) nos. 90 e 91, que dispõem sobre a expansão da oferta de energia emergencial, a criação de programa de apoio às concessionárias de energia e a recomposição tarifária extraordinária. Especificamente a Resolução no. 91, foi editada considerando, dentre outras questões, o Acordo Geral do Setor Elétrico que visou a eliminação de controvérsias jurídicas, a minimização de impactos tarifários, a busca do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica.

Os principais aspectos abrangidos pelo Acordo Geral do Setor Elétrico foram os seguintes:

- **Recomposição Tarifária do Racionamento**

A Medida Provisória nº 14 prevê a recomposição tarifária extraordinária até o limite do valor a ser homologado pela ANEEL, através de incremento tarifário de 2,9% nas contas faturadas aos consumidores das classes residencial (exceto subclasse residencial baixa renda) e rural e de 7,9% para as demais classes consumidoras, a partir do dia 27 de dezembro de 2001. O prazo de vigência desse reajuste está atrelado à compensação do montante a ser homologado pela ANEEL, remunerado à taxa de juros equivalente à cobrada nas operações de financiamento pelo Governo Federal ou pela taxa de juros SELIC.

A Resolução ANEEL nº 31, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu condições, prazos e procedimentos para solicitação e homologação da recomposição tarifária extraordinária das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, dentre eles a necessidade de as empresas aderirem ao acordo geral do setor.

- **Energia Livre**

A energia livre é a energia injetada no sistema elétrico, não proveniente dos contratos iniciais ou equivalentes e nos contratos bilaterais. O Acordo do Setor dividiu a discussão da energia livre em três momentos:

1. Energia livre antes do racionamento: os geradores efetuaram pagamento integral da energia livre a eles alocada.
2. Energia livre durante o racionamento: os contratos iniciais seriam iguais à carga no sistema (contratos iniciais, energia de Itaipu Binacional e geração própria). Os geradores pagariam integralmente aos "geradores livres" o valor da Tarifa Média de Geração – TMG, fixado em R\$ 49,26 por MWh livre gerado. Aos distribuidores caberia o repasse aos seus consumidores, através do reajuste concedido pela Recomposição Tarifária Extraordinária do Racionamento, da diferença entre o Preço Praticado no MAE - PMAE e o valor da Tarifa Média de Geração – TMG.
3. Energia livre após o racionamento: as sobras dos contratos iniciais dos distribuidores voltarão a fazer parte do mercado spot. A energia livre será valorada ao PMAE.

Os contratos iniciais e equivalentes serão aditados para incorporar as modificações incluídas no Acordo e será instituída uma fórmula compulsória para solução de controvérsia.

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os distribuidores e geradores que aderirem ao acordo não reivindicarão umas às outras nem junto ao Poder Concedente, recomposição de custos nem de equilíbrio econômico-financeiro relativo à recompra ou à exposição à energia livre nos itens concernentes ao acordo.

- **Valores Tarifários não Gerenciáveis – Parcela A**

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Posteriormente, a ANEEL, pela Resolução nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, definiu os itens da “Parcela A”, bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros e a definição do período para apuração das variações de valores desses itens, compreendida entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001.

Ainda nos termos da mencionada Resolução nº 90 da ANEEL, a compensação dos valores apurados após homologados pela ANEEL, se iniciará logo depois do período da recomposição tarifária do racionamento, mencionada acima.

- **Empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social e Governo Federal aos Concessionários de Energia Elétrica**

O BNDES, por solicitação da Câmara de Gestão da Crise, instituiu um programa, com caráter emergencial e excepcional, de apoio às concessionárias de distribuição, geração e produtores independentes de energia elétrica, através da concessão de financiamento limitado a 90% do valor homologado pela ANEEL referente às perdas com racionamento de energia, a ser pago com os recursos provenientes da Recomposição Tarifária Extraordinária.

Na interpretação da administração da Companhia, a forma de compensação pelas perdas de racionamento, objeto do Acordo Geral do Setor, não traduz em seu escopo as condições atuais de compensação para as perdas da CEMAR, pois subtrai a possibilidade de reconhecimento do investimento para redução das perdas em distribuição, que entre os anos de 2000 e 2001 reduziram de 28,5% para 23,7% médios, segundo a metodologia da ANEEL que leva em consideração os últimos 12 meses. Essa queda demonstra a eficiência do programa de redução de perdas da Companhia que apresentava níveis elevados no começo do ano e em períodos anteriores (histórico). Dessa forma, a intenção da administração é de não concordar com os termos do Acordo Geral do Setor Elétrico e, assim, não assinar, neste momento, os documentos ou solicitar a referida homologação, por entender que os valores resultantes são inferiores aos que a Companhia tem direito. A administração da Companhia entende, ainda, que pelo fato de não ter aderido ao acordo, deverá ter o direito a receitas com aplicação do Anexo V.

Para contabilização da receita de energia de curto prazo do período de Julho a Dezembro, a Companhia utilizou a metodologia do acordo geral do setor que utiliza as perdas energéticas históricas, por entender que são valores conservadores e atendem aos princípios fundamentais de

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

contabilidade. Os valores apurados com a aplicação do Anexo V são superiores a esse critério de contabilização.

A Resolução ANEEL nº 72, de 7 de fevereiro de 2002, estabeleceu os procedimentos uniformes a serem adotados pelas empresas de energia elétrica para registro contábil dos efeitos decorrentes da adesão ao Acordo Geral do Setor Elétrico.

O resumo dos efeitos do Acordo Geral do Setor Elétrico, que serviram de base para o registro na Companhia, está a seguir demonstrado:

	R\$ mil
Recomposição Tarifária – perda de margem	26.907
PIS e COFINS	(982)
Efeito da recomposição tarifária	25.925
Energia livre – repasse tarifário aos consumidores	27.911
PIS e COFINS	(1.018)
Ressarcimento aos Geradores – energia livre	(26.893)
Efeito da energia livre	-
Parcela A	(1.145)
Efeito líquido total	24.780

5. CRÉDITOS FISCAIS

Até 30 de junho de 2001, a Cemar manteve em seus registros créditos fiscal de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 131.088 mil. Este registro, em conformidade com a Deliberação CVM nº 273/1998, deveu-se ao fato da empresa possuir, até aquele momento, projeções orçamentárias que demonstravam a realização deste crédito em aproximadamente dez anos.

O cenário que dava base a esta decisão levava em consideração diversos fatores, tais como início das liquidações financeiras no MAE, no segundo semestre de 2001, onde a Cemar teria importantes valores a receber; a não inclusão do estado do Maranhão no plano de racionamento de energia elétrica, tendo em vista a favorável situação do reservatório da hidrelétrica de Tucuruí, a continuidade da abertura do mercado financeiro para as captações da Cemar e a obtenção de

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

financiamento do BNDES para investimentos na rede da Cemar no último trimestre do ano (investimento que Cemar já vinha realizando de maneira contundente).

Esta situação sofreu uma forte deterioração ao longo do segundo semestre por vários motivos, dentre os quais a inclusão do estado do Maranhão no plano de racionamento, levando a uma redução do consumo dos clientes, e conseqüentemente do faturamento, em cerca de 20%, a não liquidação das operações no âmbito do MAE, face às controvérsias jurídicas com outras empresas do setor, as medidas tomadas para solução da crise de energia que do ponto de vista da Cemar são prejudiciais à Companhia, o fechamento do mercado financeiro para novas captações e a defasagem tarifária da energia elétrica fornecida no mercado da Companhia.

Para agravar mais ainda esta situação importantes fatores externos contribuíram para dificultar a posição da Cemar, como a crise Argentina e os atentados nos Estados Unidos, dificultando ainda mais a obtenção de recursos da Companhia no mercado financeiro e de capitais.

No período de final de ano, mais especificamente novembro e dezembro 2001, e no começo de 2002, foi possível à Cemar manter-se financeiramente graças ao apoio de seu principal acionista, a PPL, que transferiu à empresa neste período cerca de R\$ 58 milhões. Em 29 de janeiro de 2002, a PPL tomou a decisão de não mais manter o apoio financeiro a Cemar em função de todas as incertezas existentes no mercado e na companhia.

Assim sendo, considerando os critérios da Deliberação CVM n.º 273/1998, quanto ao registro e manutenção de provisão para créditos fiscais, baseado em projeção de geração de base fiscal e estudos atualizados sobre a rentabilidade da Companhia para exercícios futuros, a administração decidiu reverter contabilmente os créditos fiscais, conforme determina a referida Deliberação, que possuía a seguinte composição:

	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Prejuízos Fiscais	98.258	9.577	107.835
Diferenças Intertemporais	18.403	4.850	23.253
	<u>116.661</u>	<u>14.427</u>	<u>131.088</u>

6. ATIVO IMOBILIZADO

A composição em função das atividades operacionais é a seguinte:

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Taxa Média de Depreciação	Anual	R\$ mil	
			2001	2000
Produção				
Imobilizado em Serviço			2.314	2.314
Depreciação Acumulada	4,92%	(1.788)	(1.714)
Imobilizado em Curso			374	247
			<u>900</u>	<u>847</u>
Distribuição – Linhas e Redes				
Imobilizado em Serviço			754.250	729.537
Depreciação Acumulada	4,46%	(300.145)	(269.986)
Imobilizado em Curso			96.206	58.049
			<u>550.311</u>	<u>517.600</u>
Comercialização				
Imobilizado em Serviço			112.346	62.596
Depreciação Acumulada	4,11%	(17.288)	(13.800)
Imobilizado em Curso				38
			<u>95.058</u>	<u>48.834</u>
Administração Central				
Imobilizado em Serviço			8.192	6.048
Depreciação Acumulada	7,93 %	(3.501)	(2.934)
Imobilizado em Curso			5.493	234
			<u>10.184</u>	<u>3.348</u>
			<u>656.453</u>	<u>570.629</u>

O saldo das imobilizações em curso em 31 de Dezembro de 2001, está representado por obras em andamento e materiais em depósito, nos montantes de R\$ 45.745 mil e R\$ 38.671 mil, respectivamente, além dos juros capitalizados no montante de R\$ 11.791 mil. Dentre as obras em andamento, cerca de R\$ 6.431 mil referem-se a obras paralisadas, cuja continuidade esta presentemente sendo avaliada pela administração. Os valores de materiais em depósito referem-se principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para a utilização nas obras em andamento ou para a manutenção da rede atual.

De acordo com a Instrução Geral n.º 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM n.º 193, de janeiro de 1996, foram transferidos para o Ativo Imobilizado em Curso os seguintes valores:

	R\$ mil	
	2001	2000
Encargos Financeiros contabilizados no resultado	57.777	51.280
(-) Transferência para o Imobilizado em Curso	(9.805)	(1.796)

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Valor Líquido	47.972	49.484
Variações monetárias contabilizadas no resultado	22.786	21.472
(-) Transferências para o Imobilizado em curso	(1.986)	
	20.800	21.472
Valor Líquido	68.772	70.956

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, de 03/02/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação de bens que deixam de ser úteis à concessão, quando destinados a alienação. Determina, ainda, que o produto de alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

7. FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2001	2000
Suprimento de Energia Elétrica		
• ELETRONORTE	24.515	12.344
• CEPISA	248	299
Uso do Sistema de Transmissão	2.937	2.455
Materiais e Serviços	33.047	14.157
	60.747	29.255

Em 1999, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica assinaram com as 15 empresas transmissoras de energia e o Operador Nacional do Sistema – O N S, órgão criado para conduzir o planejamento e operação do sistema elétrico brasileiro, os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST, os quais as obrigam a pagar pelo uso dos ativos de transmissão, visto a interligação de todo o sistema brasileiro de transmissão de energia elétrica.

O saldo a pagar a Eletronorte inclui o montante de R\$ 11.207 mil, referente ao complemento de energia elétrica faturada em dezembro de 2001, de acordo com as regras estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia vem envidando esforços no sentido de compatibilizar o fluxo dos recursos necessários para o seu capital de giro e programa de investimentos. Dessa forma, foi negociada uma postergação média de 90 dias nos prazos para pagamento dos principais fornecedores da Companhia, relativamente às parcelas vencidas em novembro e dezembro, principalmente, e vencidas a partir de janeiro de 2002.

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	R\$ mil		R\$ mil	
	2001	2000	2001	2000
	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	CIRCULANTE	LONGO PRAZO
ISS	283	444	-	-
Encargos Sociais e outros	1.095		1.347	2.840
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	7.146		5.213	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-		2.041	9.166
PIS e COFINS	1.396		7.638	5.783
Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU	-		299	-
REFIS (Nota 9)	6.189			
		13.036		
	16.109	13.480	16.538	17.789

9. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS

Em 29 de novembro de 2000, a Companhia ingressou no programa de recuperação fiscal – REFIS. Esse programa visa à regularização de créditos da União, de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal – SRF e pelo Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, relativos a fatos geradores ocorridos até 28 de fevereiro de 2000. O programa prevê a utilização de créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social para a liquidação dos valores correspondentes às multas e juros incluídos no programa, além da atualização monetária com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O pagamento da dívida fiscal apurada, no caso da Companhia, vem sendo efetuado em 60 parcelas mensais desde de março de 2000.

Os créditos tributários compensados quitaram valores de multas e juros e foram apurados sobre base negativa da contribuição social própria, anteriormente contabilizados como crédito fiscal.

O prazo remanescente para a liquidação da dívida é de aproximadamente 3 anos. Como garantia, foram fornecidos créditos oriundos das vendas de energia elétrica. Os valores incluídos no REFIS, em 31 de dezembro de 2000 e a movimentação para 31 de dezembro de 2001, podem ser assim demonstrados:

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Tributo	R\$ mil				
	Principal	Multas e Juros	Remissão de multas e juros	Créditos tributários compensados	Saldos
INSS	3.574	2.899	115	2.605	3.753
IRPJ	9.348	11.402	3.171	7.489	10.090
PIS	1.318	547	50	391	1.424
COFINS	13.300	10.713	3.796	3.721	16.496
CSL	3.571	7.038	2.283	4.471	3.855
	<u>32.599</u>	<u>32.599</u>	<u>9.415</u>	<u>18.677</u>	35.618
Pagamentos em 2000, líquidos dos juros provisionados					(7.167)
Saldo total do REFIS em 31 de dezembro de 2000					28.451
Pagamentos em 2001					(14.179)
Inclusões e juros provisionados em 2001					<u>4.953</u>
Saldo total do REFIS em 31 de dezembro de 2001					<u>19.225</u>

O valor presente desse passivo, considerando o fluxo de pagamentos atualizado pela TJLP de 7,5% a.a. e descontado à taxa de 11% a.a., monta a cerca de R\$ 17.300 mil.

Com o ingresso no REFIS, a companhia assumiu determinadas obrigações, conforme legislação correspondente, dentre as quais destacam-se: a autorização de acesso irrestrito, pela SRF, às informações relativas à sua movimentação financeira; o acompanhamento fiscal específico, com fornecimento periódico, em meio magnético de dados, inclusive os indiciários de receitas; o cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR; e pagamento regular das parcelas do débito consolidado, nos termos detalhados pela norma, bem como dos tributos e das contribuições vencidos a partir de 29 de fevereiro de 2000, em relação aos quais fica excluída qualquer outra forma de parcelamento. A exclusão da pessoa jurídica do REFIS implicará na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago e automática execução de garantia prestada.

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	R\$ mil					
	2001			2000		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
CURTO PRAZO		LONGO PRAZO	CURTO PRAZO		LONGO PRAZO	
MOEDA ESTRANGEIRA						
Tesouro Nacional	261	487	20.533	264	412	17.755
	<u>261</u>	<u>487</u>	<u>20.533</u>	<u>264</u>	<u>412</u>	<u>17.755</u>
MOEDA NACIONAL						
ELETOBRÁS	8	38.480	151.162	17	20.556	165.504
ELETRONORTE		7.302	32.072		5.245	30.721
Instituições Financeiras	1.136	82.692	21.010		53.902	13.289
FASCEMAR (Nota 17)		1.195	16.614		1.013	16.004
	<u>1.144</u>	<u>129.669</u>	<u>220.858</u>	<u>17</u>	<u>80.716</u>	<u>225.518</u>
Empréstimos e financiamentos	1.405	130.156	241.391	281	81.128	243.273
Debêntures (Nota 12)	2.099		150.000			
Total da dívida	<u>3.504</u>	<u>130.156</u>	<u>391.391</u>	<u>281</u>	<u>81.128</u>	<u>243.273</u>

b) Sumário das principais operações

- (i) Os contratos com a Eletrobrás referem-se, basicamente, a recursos para construção de linhas de transmissão e de subestações e para o Programa de Supervisão, Automação e Controle – SAC e Programa de Conservação de Energia. Os financiamentos estão garantidos por vinculação da receita da CEMAR e, em alguns casos, por notas promissórias.
- (ii) A CEMAR transferiu para a Eletronorte, através de contrato de “Transferência de bens e direitos e instalação por dação em pagamento parcial e repactuação da forma de quitação de débitos remanescentes”, os ativos correspondentes às instalações integrantes de seu sistema de 230 KV, composto pela linha de transmissão Tap Caxias/Coelho Neto e o pátio de 230 KV da subestação Coelho Neto II. A obrigação decorre da diferença entre o valor dos bens transferidos e o saldo devedor da CEMAR com a Eletronorte. A CEMAR ofereceu à Eletronorte, como garantia da fiel execução deste Termo, procuração na qual vincula até 25% de suas receitas próprias.

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (iii) As operações com instituições financeiras são compostas por empréstimos para capital de giro, garantidos por nota promissória e alguns casos por recebíveis.
- (iv) O saldo com ao Tesouro Nacional refere-se a financiamentos de contratos de médio e longo prazo e juros devidos a bancos comerciais e outros credores estrangeiros, não depositados no Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções n^o 1.541/88 e n^o 1.564/89, do Conselho Monetário Nacional – CMN, objeto de permuta por bônus emitidos pela União. Estão garantidos por receitas da CEMAR, provenientes do fornecimento de energia.

c) Escalonamento dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos a longo prazo, no montante de R\$ 241.391 mil mais os valores das debêntures (Nota 11) que totalizam R\$ 391.391 mil, tem seus vencimentos assim programados:

<u>Vencimento</u>	<u>R\$ mil</u>
2003	73.779
2004	67.457
2005	36.094
2006	168.325
2007	18.147
2008	4.300
Após 2008	23.289
	<u>391.391</u>

d) Composição por índice e moeda

- Em moeda estrangeira

<u>Moeda</u>	<u>Em US\$ mil</u>	<u>Varição anual</u>	<u>Taxa de juros</u>
Dólar norte-americano	9.171	17,79%	Entre LIBOR + 0,81% a.a. e 8% a.a. fixa.

- Em moeda Nacional

<u>Indexador</u>	<u>Em R\$ mil</u>	<u>Varição Anual</u>	<u>Taxa de juros</u>
IGPM	174.737	10,37%	9,4% a 12% a.a.
FINEL	50.997	2,00%	6,1% a 6,5% a.a.
RGR	3.288	-	5,00% a.a.
CDI	122.648	17,26%	1,3% a 3,66% a.a.

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. DEBÊNTURES

As debêntures, emitidas no montante de R\$ 150.000 mil em junho de 2001, foram aplicadas na otimização da estrutura de capital da companhia, através do alongamento do perfil do passivo oneroso, mediante amortização de notas promissórias emitidas pela emissora para distribuição pública, no fornecimento do capital de giro e no programa de investimentos para a melhoria e expansão dos serviços prestados pela companhia como concessionária de distribuição de energia elétrica em sua área de concessão. As características da emissão pública das debêntures estão descritas abaixo:

Valor Nominal Unitário: R\$ 10.000,00

Quantidade: 15.000 debêntures.

Espécie: Com garantia flutuante.

Conversibilidade e Forma: Não conversível, nominativa escritural.

Prazo e data de Vencimento: 60 meses, vencendo em 1 de junho de 2006.

Juros remuneratórios e repactuação: Definidos conforme segue:

Primeiro período de incidência : Terá início na emissão das debêntures (01/06/01) e término 12 meses depois (01/06/02). Para este período, a taxa de remuneração das debêntures será 100% da "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de sobretaxa correspondente ao percentual efetivo ao ano, base 252 dias, de 1% ao ano.

Demais períodos de incidência : As remunerações e outras condições aplicáveis aos demais períodos de incidência serão deliberadas pelo Conselho de Administração até 25 dias antes do término do período de incidência anterior. Caso os debenturistas não concordem, a Companhia se obriga a assumir as debêntures.

Obrigações da Emissora: Nos termos da escritura de emissão das debêntures, a Companhia está obrigada a cumprir, a partir do último trimestre de 2001, determinados índices financeiros sob a pena de antecipação de seus vencimentos, antecipação esta também prevista nos casos de saída dos atuais controladores, protesto de títulos cujo valor agregado ultrapasse R\$ 5 milhões e vencimento antecipado de obrigações decorrentes de inadimplemento com valor igual ou superior a R\$ 10 milhões, entre outros.

Durante o exercício de 2001, a CEMAR encontrou-se em conformidade com todas as obrigações contidas na escritura da emissão das debêntures. Todavia, em 31 de dezembro de 2001, os índices financeiros não foram alcançados e, de acordo com a escritura, a Companhia deve voltar a apresentar os índices previstos até a data limite para apresentação de demonstrativos financeiros do primeiro trimestre de 2002, ou repactuar-los junto aos debenturistas, visando evitar o vencimento antecipado das debêntures.

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Considerações Gerais

Destinada à cobertura de eventuais perdas, avaliadas como prováveis pelos consultores jurídicos e de valor estimável em 31 de dezembro de 2001, em processos trabalhistas, tributários e cíveis, nas instâncias administrativa e judicial. Para determinadas ações a Companhia já efetuou depósitos judiciais em montantes equivalentes ou inferiores. A administração acredita que a provisão para contingências, inclusive juros, é suficiente para cobrir perdas prováveis no caso de julgamentos desfavoráveis.

As perdas prováveis provisionadas, estão resumidas abaixo:

NATUREZA DA AÇÃO	R\$ mil	
	2001	2000
CIRCULANTE		
Cíveis	968	
Trabalhistas	1.445	776
Tributárias	1.617	1.055
	<u>4.030</u>	<u>1.831</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Cíveis	68.690	64.251
Trabalhistas	7.835	4.745
	<u>76.525</u>	<u>68.996</u>

b) Natureza das contingências

- Ação indenizatória movida pelo Delta National Bank & Trust CO. of New York, na qual o Banco pleiteia uma indenização em razão do não cumprimento do Contrato de Compra e Venda de Títulos Securitizados do Tesouro Nacional (ELETS) e perdas decorrentes.
- Ação de Prestação de Contas, onde o Município de São Luís postula a prestação de contas da CEMAR, em relação à execução de um Convênio assinado em 1972, concernente à iluminação pública da cidade de São Luís, julgado procedente em primeira e segunda instância. A administração da companhia constituiu provisão para fazer face a valores que entende como devidos.
- Diversas ações relativas a demandas indenizatórias por perdas e danos, acidentes na rede, corte e falha no fornecimento de energia, faixa de servidão e de majoração de tarifa de energia elétrica, principalmente. O valor registrado considera a experiência história da companhia com os valores estipulados pelo Poder Judiciário e as circunstâncias específicas de cada causa. Todavia, a administração não espera perdas relevantes relacionadas a essas ações.

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Contingências não provisionadas

Além das perdas provisionadas, como acima, existem outras contingências monitoradas pela administração, em conjunto com seus consultores jurídicos, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível ou remota e, assim, não são contabilizadas. Nem sempre os valores dessas causas permitem estimativas de valores. As causas de perdas possíveis e valores estimáveis montam a cerca de R\$ 12.841 mil. Essas contingências são relacionadas principalmente a questões tributárias, notadamente autos de infração relativos a imposto de renda, contribuição social, COFINS e INSS, questões trabalhistas, além de outras cuja natureza é similar às causas descritas no último parágrafo do item b) acima.

A CEMAR está sujeita a leis e regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal relacionados à preservação ambiental. A CEMAR tem avaliado a exposição aos riscos ambientais baseada na avaliação de dados disponíveis e acredita que o atendimento às leis e regulamentos aplicáveis não terão impacto relevante nas demonstrações financeiras ou resultado das operações.

13. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO

	R\$ mil	
	2001	2000
Contribuição do Consumidor	6.207	6.165
Doações e Subvenções	1.296	1.290
Participação da União	74.833	74.833
Outras	196	196
	<u>82.532</u>	<u>82.484</u>

As contribuições do consumidor referem-se aos recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

A participação da União refere-se a verbas federais recebidas para execução de empreendimento elétrico vinculado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

Em virtude de sua natureza, essas contas não representam obrigações financeiras e, dessa forma, não devem ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores financeiros.

14. CAPITAL SOCIAL

O capital social está representado por 523.724.322 mil ações, sem valor nominal, sendo 514.364.398 mil ações ordinárias nominativas, 4.048.612 mil ações preferenciais nominativas classe "A" e 5.311.312 mil ações preferenciais nominativas classe "B".

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no recebimento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% para as de classe "A" e 10% para as de classe "B", calculados sobre o valor patrimonial delas.

O valor patrimonial, por lote de mil ações, do capital social em 31.12.01 é de R\$ 0,042 (31.12.00 - R\$ 0,45).

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com os termos do leilão, a Brisk adquiriu, em setembro de 2001, as ações de propriedade dos funcionários, passando a deter 89,59% do capital votante da Cemar.

A composição acionária está abaixo demonstrada:

ACIONISTAS	QUANTIDADE - MIL	
	2001	2000
• Brisk Participações Ltda	469.182.919	443.474.823
• ELETROBRÁS	8.550.462	8.550.462
• Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC	36.205.307	23.735.966
• Câmara de Liquidação e Custódia - CLC		10.743.723
• Participação dos funcionários		25.708.097
• Outros	9.785.634	11.511.251
	<u>523.724.322</u>	<u>523.724.322</u>

15. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento e suprimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	2001			2000		
	N.º de Consumidores (*)	MWh (*)	R\$ mil	N.º de Consumidores (*)	MWh (*)	R\$ mil
Residencial	916.385	940.423	168.364	899.361	948.574	147.870
Industrial	8.523	375.526	43.131	8.241	375.321	37.323
Comércio	74.827	421.204	70.220	68.761	426.765	63.728
Rural	21.427	49.770	5.515	9.523	42.877	4.362
Poder Público	11.222	133.330	22.003	10.461	141.910	20.184
Iluminação Pública	394	209.843	21.550	406	226.795	22.680
Serviço Público	968	160.523	18.001	905	152.635	16.264
Consumo Próprio (**)	250	3.923	0	233	3.892	4.038
Suprimento (***)						
- MAE e CEPISA	2	145.088	26.171	3	131.142	12.164
- Acordo			26.907			
Ressarc. Geradora			27.911			
	<u>1.033.998</u>	<u>2.439.630</u>	<u>429.773</u>	<u>997.894</u>	<u>2.449.911</u>	<u>328.686</u>
ICMS			(52.489)	-	-	(45.841)
TOTAL	<u>1.033.998</u>	<u>2.439.630</u>	<u>377.284</u>	<u>997.894</u>	<u>2.449.911</u>	<u>282.845</u>

(*) Informações não auditadas.

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (**) O valor correspondente ao fornecimento faturado da classe Consumo Próprio foi reclassificado de acordo com as determinações contidas na Portaria DNAEE n.º 526/95.
- (***) O valor correspondente ao Suprimento de Energia Elétrica, encontra-se destacado na Demonstração do Resultado.

16. PLANO DE APOSENTADORIAS

a) Características do Plano

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR - FASCEMAR, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O plano previdenciário adotado pela FASCEMAR é de Benefício Definido, e na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribui com uma parcela mensal proporcional à dos participantes da FASCEMAR. No exercício, esse valor importou em R\$ 1.696 mil (2000 - R\$ 1.980 mil). O regime atuarial de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela CEMAR é de 6% da folha total da remuneração dos empregados da Companhia, participantes da FASCEMAR (4,54% contribuição normal e 1,65% contribuição amortizante). A contribuição dos Participantes Ativos é de 4,98% da remuneração total apurada em folha e a contribuição exclusiva para os Participantes Assistidos é da ordem de 3,14% incidentes sobre os benefícios pagos.

b) Dívida

Em 20 de março de 2001, foi refinanciado o contrato de confissão de dívida entre a Companhia Energética do Maranhão – CEMAR e a FASCEMAR – Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, cujo fato gerador foi a dívida que a CEMAR detinha junto a FASCEMAR, proveniente de retenções e atrasos nos repasses de suas contribuições como patrocinadora da Fundação. Esse débito consolidado em 31 de Dezembro de 2001, corresponde ao montante de R\$ 17.809 mil, sendo R\$ 1.195 mil a parcela de curto prazo nesta data e está garantido por recebíveis da Companhia.

Os juros deste contrato são de 102% do DI over extra grupo. A dívida resultante deste contrato vem sendo paga em 168 prestações mensais e consecutivas, desde abril de 2001.

c) Obrigações da Patrocinadora

Nos termos dos artigos 12, item 1 do Estatuto e 40 e 41 do Regulamento Interno da FASCEMAR, é de responsabilidade da Patrocinadora, a CEMAR, o aporte dos recursos necessários à prestação de benefícios que correspondam ao tempo de serviço vinculado à Previdência Oficial e que seja anterior à data de inscrição de seus empregados na Fundação.

Até 31 de dezembro de 2000, a Companhia contabilizava em suas demonstrações contábeis os seus compromissos relacionados aos déficit atuariais oriundos dos planos de aposentadoria e

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

pensão de seus funcionários de acordo com as regras estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC. Os estudos atuariais contratado para 31 de dezembro de 2000 indicaram que esse compromisso montava a R\$ 5.436 mil, nessa data-base. Este valor foi integralmente provisionado no exigível a longo prazo em contrapartida ao resultado do exercício de 2000.

d) Deliberação CVM nº 371 - Contabilização dos Planos de Pensão

De acordo com a Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, a partir de 31 de dezembro de 2001 as empresas de capital aberto necessitam incluir em suas demonstrações financeiras os passivos oriundos dos benefícios a que os empregados têm direito, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento NPC26 do IBRACON.

A referida deliberação, em suas disposições transitórias, oferece às empresas a alternativa do reconhecimento do passivo nos resultados pelo período de 5 anos ou pelo tempo médio de serviço ou vida remanescente dos empregados se estes forem menores, ou ainda, o reconhecimento imediato diretamente no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2001 com o título de "ajuste de exercícios anteriores".

Para atender à essa exigência, a Towers Perrin foi contratada pela CEMAR para a realização de avaliação atuarial dos benefícios oferecidos a seus empregados ao se aposentar, efetuada com base na Unidade de Crédito Projetada - UCP.

Apresentamos abaixo as informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371/00, obtidas com base no relatório dos atuários independentes:

• **Conciliação dos ativos/(passivos) posicionados em 31/12/2001**

Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(98.519)
Valor justo dos ativos	<u>65.399</u>
Valor do custo do serviço passado	33.120
Passivo atuarial já reconhecido no balanço (dívida e obrigações)	<u>(21.273)</u>
Passivo líquido a ser reconhecido no resultado dos próximos exercícios	<u>11.847</u>

• **Despesa prevista para 2002**

Custo do serviço corrente	3.229
Custo dos juros	9.907
Rendimento esperado do ativo do plano	(6.745)
Amortização do custo do serviço passado	2.369
Contribuição do empregado	<u>(1.421)</u>
Total	<u>7.339</u>

• **Premissas atuariais**

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Hipóteses Econômicas

Taxa de desconto e de retorno esperado dos ativos	10,24 % a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,12 % a.a.
Inflação e crescimento dos benefícios da previdência social	4,0 % a.a.
Fator de capacidade de salários e benefícios	98 %

Hipóteses Demográficas

Tábua de Mortalidade	GAM 1971 modificada
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB 1944
Tábua de Entrada em Invalidez	RRB 1944
Tábua de Rotatividade	Experiência da Towers
Idade de Aposentadoria	Primeira idade com direito ao benefícios integral
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

17. SEGUROS

A Companhia mantém a cobertura de seguros contra incêndio, determinada por orientação de especialistas, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme demonstrado abaixo:

RISCO	Vigência	Em milhares de R\$ ou US\$		
		Importância Segurada	Prêmio	Moeda
- Incêndio	08.01.01 a 29.04.02	435.453	753	Dólares Dolares
- Veículos	19.06.01 a 19.06.02	750	255	Reais

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através da Instrução n.º 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu mecanismos para divulgação, em nota explicativa, das considerações dos fatores de risco da companhia e do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos ou não nas demonstrações contábeis.

Considerações sobre Riscos

A CEMAR tem como atividade o fornecimento de energia elétrica a todos os municípios do estado do Maranhão. Seus principais fatores de riscos são:

Risco de Crédito: Os altos valores, bem como a idade dos recebíveis dos órgãos públicos e do MAE constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da empresa.

Risco de Taxa de Câmbio: A exposição de passivos em dólar que em dezembro de 2001 apresentava um saldo de R\$ 20,5 milhões representa um risco ao resultado da Cia.

Risco da Flutuação da Taxa de Juros: Devido ao alto grau de endividamento, a alteração da taxa básica de juros (longo ou curto prazo) pelo governo federal constitui um risco para a CEMAR a medida que onera seus custos de endividamento afetando o resultado.

Risco de Desequilíbrio Econômico-financeiro: A CEMAR pleiteia junto à ANEEL a aprovação de um reajuste extraordinário de tarifa para recuperação do equilíbrio econômico-financeiro. A não aprovação do reajuste extraordinário compreende em um risco para a empresa.

Risco de Mercado: A quantidade de energia adquirida pela empresa está estabelecida no contrato inicial que a distribuidora tem com a ELETRONORTE e não necessariamente corresponde à quantidade requerida pelos clientes regulados. Uma vez que as sobras de energia devem ser comercializadas no MAE (onde os preços podem sofrer grandes variações, quando não são simplesmente arbitrados) e ainda corre-se o risco do não recebimento, a configuração do mercado de energia representa um risco para a CEMAR.

A valorização, na Companhia, dos principais instrumentos financeiros são os seguintes:

ATIVO

Disponibilidade e
Contas a receber

Os valores de tais instrumentos se aproximam do valor de mercado devido aos seus vencimentos de curtíssimo prazo.

PASSIVO

Empréstimos e
Financiamentos

Estas operações de crédito no País e no exterior estão atualizadas pelas suas moedas de origem até a data do balanço; seus encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 31.12.01, nos mercados interno e externo.

19. EVENTOS SUBSEQÜENTES

a) Término do Programa Emergencial de Redução e Consumo de Energia.

01660-8	CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	06.272.793/0001-84
---------	-----------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Resolução de numero 117 de 19 de fevereiro de 2002, extinguiu a partir de 01 de março de 2002, o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, desta maneira o consumo da área de concessão da Companhia a partir de 01 março de 2002 passa a ser regido pelas condições normais de mercado.

b) Empréstimo com a ELETRONORTE

Em janeiro de 2002, buscando melhoria em sua liquidez, a CEMAR renegociou com a ELETRONORTE as condições de pagamento do contrato de "Transferência de Bens, Direitos e Instalações por Dação", com saldo em 31 de dezembro de 2001 no valor de R\$ 39,4 milhões. Com essa negociação, a CEMAR obteve uma carência de juros e principal no ano de 2002, mantendo-se a mesma taxa de juros (IGP-M + 12% a.a.) e postergando o vencimento final para Maio de 2006. Em 2002, a empresa conseguirá um adicional de liquidez de aproximadamente R\$ 11 milhões.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	4
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	6
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2001 A 31/12/2001	7
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2000 A 31/12/2000	8
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1999 A 31/12/1999	9
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	10
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	13
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	32/56